

AS DISPUTAS ENTRE O PSD E O PTB NO CEARÁ (1954-1963)¹

Roberta Kelly Santos Maia Pontes²
robertakellysm@yahoo.com.br
Universidade Estadual do Ceará

RESUMO

O presente trabalho, fruto da dissertação de Mestrado intitulada "A Cidade do Jornalista: da Fortaleza representada nos jornais à administração da Capital por Luiz Queiroz Campos (1954-1964)" (MAHIS/UECE 2013), visa refletir sobre as disputas políticas entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Ceará, durante os anos de 1954 a 1963. Neste período, observamos um acirramento da disputa pelo poder no Estado, principalmente através das figuras dos deputados federais Armando Falcão (PSD) e Carlos Jereissati (PTB). Juntos, os dois políticos, ajudados pela grande mídia da época, travaram uma série de embates, que se iniciaram através das acusações feitas a respeito do enriquecimento supostamente ilícito do empresário Carlos Jereissati. Desta forma, visamos analisar a composição dos dois partidos no Ceará, bem como as tessituras de arranjos feitos pelos políticos locais, que iam na contramão do que acontecia na maioria dos outros estados brasileiros, onde PSD e PTB dialogavam bem. Para a realização da pesquisa nos utilizamos dos conceitos de cidade, representação, e, principalmente, cultura política, uma vez que acreditamos que os grupos políticos são forjados de acordos com os seus interesses para atuar politicamente em benefício de ideias que comungam. Desta forma, as principais fontes históricas trabalhadas são matérias e artigos veiculados nos jornais do período e as atas da Câmara Federal. Para dar suporte às nossas argumentações também dialogamos com outros pesquisadores que exploram temas próximos ao nosso, no intuito de colaborar com a construção de uma história política do Ceará, algo a ser ainda bastante discutido.

Palavras-chave: PSD, PTB, Jornalismo, Política.

ABSTRACT

This study, the result of Master's thesis entitled "A Cidade do Jornalista: da Fortaleza representada nos jornais à administração da Capital por Luiz Queiroz Campos (1954-1964)" (Mahis /

¹O artigo é fruto da dissertação intitulada "A Cidade do Jornalista: Da Fortaleza representada nos jornais à administração da Capital por Luiz Queiroz Campos". Orientador: Prof. Dr. Gleudson Passos Cardoso. Agência Financiadora: FUNCAP.

²Mestra em História pela Universidade Estadual do Ceará. Graduada em História pela Universidade Estadual do Ceará e em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará. Professora da rede pública de ensino do Estado do Ceará.

UECE 2013), aimstoreflectonthepolitical disputes between the Partido Social Democrático (PSD) and the Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) in Ceará, during the years from 1954 to 1963. During this period, there was an intensification of the struggle for power in the state, mainly through the figures of the deputies Armando Falcão (PSD) and Carlos Jereissati (PTB). Together, the two politicians, aided by the mainstream media of the time, fought a series of clashes, which began through the accusations about the supposed illicit enrichment of businessman Carlos Jereissati. In this way, we aim to analyze the composition of the two parties in Ceará and the tessitura of arrangements made by local politicians who were against what was happening in most other states, where PSD and PTB dialogued well. For the research in the use of the city of concepts, representation, and especially political culture, since we believe that the political groups are forged agreements with their interests politically to put up for the benefit of ideas that they share. Thus, the main historical sources are worked materials and articles published in the newspapers of the period and the minutes of the Federal Council. To support our arguments also engage in dialogue with other researchers who explore themes close to ours, in order to collaborate with the construction of a political history of Ceará, something yet to be widely discussed.

Key-words: PSD, PTB, Journalism, Policy.

Novos partidos no Brasil e no Ceará

Em 1945 terminava o obscuro período da ditadura de Getúlio Vargas. O Estado Novo, como ficou conhecido o período de fechamento da política brasileira que vai de 1937 a 1945, chegava ao fim. Com o Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, Getúlio Vargas apresentava o novo Código Eleitoral. Ficava, assim, estabelecida a possibilidade de criação de partidos¹ obrigatoriamente nacionais, rompendo com o regionalismo que reinava até então.

Desta forma, os grupos foram se juntando, de acordo com os seus interesses, e os partidos sendo registrados. Nacionalmente, em 07 de abril de 1945, funda-se a União Democrática Nacional, UDN, composta pelas forças contrárias à ditadura varguista.

O Partido Social Democrático, PSD, é fundado em 17 de julho de 1945, sob o comando dos interventores estaduais, nomeados por Getúlio Vargas. Em seu programa, o partido era favorável a uma legislação trabalhista e à intervenção do Estado na economia.

Também identificado com o que pregava Getúlio Vargas, foi fundado por ele e por seu Ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes, em 15 de maio de 1945, o Partido

Trabalhista Brasileiro, PTB. Este tinha como base eleitoral o operariado urbano e possuía uma forte ligação com os sindicatos².

No âmbito nacional, formou-se um quadro de getulistas versus antigetulistas. Para o cientista político Bolívar Lamounier, o PSD constituía o lado conservador deste getulismo, uma vez que contava com representações da “alta burocracia”, como os interventores estaduais e administradores municipais, que haviam servido ao Estado Novo. Muitas destas lideranças eram vinculadas aos grandes proprietários de terra e comerciantes, que ainda tinham o poder de controlar grande parte do eleitorado pobre das áreas rurais.

Já ao PTB, para o mesmo cientista político, caberia a posição de articulador das ideias getulistas com os segmentos sindicais, levantando a bandeira das conquistas da Consolidação das Leis do Trabalho³ (CLT). Tinha também a intenção de angariar apoio entre os industriais, enriquecidos durante o Estado Novo, que, segundo Lamounier “viam com bons olhos o figurino da industrialização autárquica, protegida e subsidiada pelo governo”(LAMOUNIER, 2005, p.124).

A UDN aparecia, por fim, como a oposição liberal ao Estado Novo. Para o cientista político, o partido antigetulista diferenciava-se do PSD e do PTB principalmente pelo fato de ser formado por uma “classe média elitista” e que se recusava a um processo de redução de distâncias sociais. Era também caracterizada pela crítica à relação entre o Estado e a iniciativa empresarial.

Segundo Abelardo Montenegro, em 09 de junho de 1945 teria sido reinstalado em Fortaleza o Tribunal Regional Eleitoral. No Ceará foram fundados, como era obrigatório por Lei, todos estes partidos e mais alguns de menor expressão. Em 03 de outubro de 1945, Menezes Pimentel, então interventor, solicitou ao Tribunal o registro da Comissão Executiva Estadual do Partido Social Democrático. A UDN apresentou seu pedido de registro no TRE cearense em 12 de novembro de 1945, tendo como presidente Manuel do Nascimento Fernandes Távora⁴.

O PTB no Ceará, representado por Vital Félix de Souza⁵, somente pediu registro ao Tribunal em 24 de novembro de 1946. Outros partidos também continuavam aparecendo no cenário político cearense. Em 1947, é fundado por Geraldo Carlos Lemos⁶ o Partido Socialista Brasileiro, PSB. Acrísio Moreira da Rocha, que havia sido Interventor Estadual, funda, também em 1947, o Partido Republicano, PR, no Ceará. No mesmo ano, funda-se o Partido Trabalhista Nacional, por Pedro Augusto de Araújo Sampaio⁷.

Com os partidos políticos montados, de acordo com seus interesses e expectativas para o novo período democrático, logo começam a surgir os conflitos e as alianças partidárias. Por isso, que, ao trabalharmos com política, somos levados a pensar nas ideias dos estudiosos

que se preocupam com uma nova percepção da história política, refletindo sobre este tema a partir da noção de “cultura política”, a qual entendem por

um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político. Pode-se concebê-la como uma visão global do mundo e de sua evolução, do lugar que aí ocupa o homem e, também, da própria natureza dos problemas relativos ao poder, visão que é partilhada por um grupo importante da sociedade num dado país e num dado momento da sua história. (BERSTEIN. In AZEVEDO, 2009, p. 31)⁸

Aqui, fica evidente que não é apenas a partir da formação dos partidos políticos que serão esclarecidos os interesses de cada grupo de associados. Na verdade, é algo superior, que permeia os diversos meandros de várias destas instituições, que as interligam ou as distanciam, a partir de uma cultura na qual foram forjadas.

Assim, é com esta visão global de mundo, do lugar do homem neste mundo e dos problemas oriundos ao poder, que os grupos passam a partilhar interesses e aspirações.

As associações políticas entre partidos no Ceará ocorreram de diversas formas, sejam elas ligadas a interesses intelectuais, econômicos ou libertários. Entretanto, é interessante perceber que sempre há nestas disputas um componente personalista, de personagens que têm um maior poder de articulação dentro dos partidos, bem como do cenário político nacional e vão forjando situações que os ajudem a galgar os caminhos desejados.

Poucos dias após o registro do PSD cearense, em 26 de outubro de 1945, o Interventor Menezes Pimentel, fundador do partido e obediente aos ditames do Presidente Getúlio Vargas⁹, é substituído por Beni Carvalho.

A substituição, segundo Aroldo Mota, teria se dado por uma disputa política entre Menezes Pimentel e Olavo Oliveira. O último havia sido incumbido da formação do PSD no Ceará pelo presidente Getúlio Vargas, mas tinha perdido o controle para o grupo de Menezes Pimentel e acabou contentando-se com a fundação do PPS.

O interventor indicado apoiava a candidatura da UDN à presidência e mantinha forte relação com Olavo Oliveira, que em 1946, transformaria o PPS em Partido Social Progressista, PSP. Assim, com a força política de Olavo Oliveira junto com a UDN, o PSD perdeu espaço no pleito de 1945, quando foram eleitos senadores Plínio Pompeu, da UDN, e o próprio Olavo Oliveira.

Mesmo com o apoio do General Eurico Gaspar Dutra, que havia sido eleito presidente, e indicado interventores ligados ao PSD para o Ceará, como o jovem Acrísio Moreira da Rocha (que ainda não havia fundado o PR) e Pedro Firmeza, o partido, no pleito

de 1947, não conseguiria eleger seu candidato, Onofre Muniz, sendo o vencedor das eleições o udenista Faustino de Albuquerque.

O governo Faustino de Albuquerque não agrada às expectativas do Senador Olavo Oliveira que, no pleito de 1950, se une ao desafeto PSD para concorrer aos cargos mais elevados do Estado.

Desta forma, é nesta eleição que começa a se firmar, ainda com mais força, a oposição entre PSD e UDN no Ceará. A Coligação PSD-PSP-PR consegue eleger o Senador, General Onofre Muniz, o Governador, Raul Barbosa, o Vice-Governador, Stênio Gomes da Silva, além de nove deputados federais e 23 deputados estaduais.

A disputa entre estes grupos aumenta ainda mais o fôlego no pleito de 1954, quando novas lideranças também ganham força no cenário político cearense, como os deputados Virgílio Távora¹⁰, da UDN, Armando Falcão, do PSD, e Carlos Jereissati, do PTB.

Diferente do que ocorria no restante do país, quando os getulistas, ligados ao PSD e ao PTB se uniam, no Ceará os representantes do PTB coligavam-se com a UDN e o PSD continuava contando com o apoio do PSP. São eleitos neste pleito para Senador: Manuel do Nascimento Fernandes Távora e José Parsifal Barroso, representando as oposições coligadas (UDN, PTB e PR), e Governador: Paulo Sarasate Ferreira Lopes, também das oposições coligadas (tendo vencido a Armando Falcão por uma vantagem de menos de 10 mil votos e com suspeitas de fraudes na eleição).

Além disso, foram eleitos para Deputado Federal, com o maior número de votos, Virgílio Távora e Carlos Jereissati, respectivamente. Registre-se ainda a volta de Acrísio Moreira da Rocha, do PR, à Prefeitura de Fortaleza. Assim, percebe-se a força que a aliança UDN-PTB-PR tinha ganhado em Fortaleza e no estado do Ceará, mexendo com as expectativas dos pessedistas, que saíram em desvantagem desta eleição.

É, então, a partir deste período que dois personagens ganham impulso na política cearense e protagonizam um embate, através de jornais e discursos, e vão polarizando seus apoiadores. Armando Falcão e Carlos Jereissati vão travar uma disputa por atenção que marca a década de 1950.

Armando Falcão e Carlos Jereissati

O Deputado Federal Armando Ribeiro Falcão¹¹ nasceu em Fortaleza em 11 de outubro de 1919. Em 1938, o jovem vai estudar no Rio de Janeiro. Ali, ingressa no Colégio Universitário e, depois, na Faculdade de Direito.

É na cidade do Rio de Janeiro que Armando Falcão começa a delinear sua carreira política. Recebe o diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 1945. Torna-se, então, líder político do PSD no Ceará, sendo eleito Deputado Federal, pela primeira vez, no pleito de 3 de outubro de 1950. Segundo Aroldo Mota “três deputados eleitos pelo PSD para a Câmara Federal foram acusados de investirem muito dinheiro no resultado de suas eleições: Armando Falcão, Antônio Horácio Pereira e Adolfo Gentil” (MOTA, 1985, p. 49).

A partir daí, sua carreira somente é alavancada. Foi Ministro da Justiça no Governo de Juscelino Kubitschek, ocupando também a pasta das Relações Exteriores. Depois de coordenar o Programa de Assistência às vítimas de inundações no Nordeste, foi nomeado Ministro Interino da Saúde. Foi peça chave durante os arranjos políticos para o golpe militar de 1964.

No Governo de Ernesto Geisel, volta a ser Ministro da Justiça e é responsável pela implantação da chamada Lei Falcão, que permitia o acesso gratuito dos partidos políticos ao rádio e à televisão. No entanto, a Lei previa várias restrições sobre o que o candidato podia falar, de modo que fossem evitados ataques ao regime militar. Dentre seus feitos, também encontram-se a criação do estado do Mato Grosso do Sul e a reunificação do Estado do Rio de Janeiro. Armando Falcão falece em 2010, aos 90 anos.

Já o seu oponente, Deputado Carlos Jereissati¹², entrou para os quadros da política por outros caminhos. Nascido em 2 de dezembro de 1916, era filho do comerciante libanês Aziz Kalil Jereissati. Após o falecimento de seu pai, assumiu os negócios da família, mudando o nome da firma para Carlos Jereissati & Cia., ampliando as atividades empresariais, avançando pelos setores industriais, agrícolas e imobiliários.

Estendeu a atuação de sua empresa por outros estados brasileiros, principalmente São Paulo, atingindo projeção nacional nos negócios de metalurgia, hotéis e *shoppings centers*. Foi diretor do Centro Comercial e do Centro dos Importadores de Fortaleza.

O comerciante ingressa na política no ano de 1949, como presidente nacional do Partido Trabalhista Brasileiro. Filiado, no Ceará, ao político Edgar de Arruda, da UDN, a quem Getúlio Vargas tentou, frustradamente, colocar no cargo de Governador, nos anos de 1935 e 1950, Carlos Jereissati, segundo Josênio Parente, havia caído nas graças do Presidente Vargas:

Carlos Jereissati era um empreendedor econômico aliado com a política, um personagem que, de certa forma, enquadrou-se no modelo de liderança elaborada pelo nacional-desenvolvimentismo. Assim, ele caiu nas graças de Getúlio Vargas e João Goulart, presidente do PTB nacional, estimulando uma liderança mais moderna na região. (PARENTE, 2000, p. 121)

Entretanto, a fortuna que Carlos Jereissati angariou com seus negócios foi fruto, segundo estudiosos da política cearense, da sua influência política. Como explica Josênio Parente, na década de 1950 estava em curso o modelo de substituição de importações¹³, levando Carlos Jereissati a tornar-se o maior importador brasileiro de tecidos de linho, lã e casemira, em grande maioria, provenientes da Inglaterra.

Carlos Jereissati, pelo PTB, é eleito Deputado Federal do Ceará, em 1954 e em 1958. Na eleição de 1962, consegue eleger-se Senador. Porém, sua carreira, em ascensão, é bruscamente interrompida no ano de 1963, quando falece no Rio de Janeiro, vitimado por um infarto fulminante.

Armando Falcão e as acusações a Jereissati

As rixas entre os Deputados Armando Falcão e Carlos Jereissati tomam força a partir dos primeiros meses de 1954. Segundo afirma o historiador Altemar Muniz (2007), esse conflito teria iniciado com a recusa do comerciante de financiar a campanha para a reeleição de Armando Falcão a Deputado Federal, em 1954.

Entretanto, no livro que compila todos os pronunciamentos de Armando Falcão com a finalidade de expor os crimes que ele julgava que Carlos Jereissati havia cometido, o Deputado apresenta um requerimento proposto à Mesa da Câmara Federal dos Deputados, em 25 de novembro de 1953, que, segundo ele, abriu caminho para as investigações sobre Carlos Jereissati. No requerimento, Armando Falcão diz:

Considerando que a CARTEIRA DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (“CEXIM”)¹⁴, que funciona no Banco do Brasil S/A, é uma entidade de direito público, a quem expressamente o Governo Federal delega poderes;
 Considerando que, em consequência, a “CEXIM” está sujeita à fiscalização do Congresso Nacional;
 Considerando que, há alguns meses passados, gravíssimas irregularidades foram descobertas na CARTEIRA DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO do Banco do Brasil S/A – Agência em Fortaleza, Estado do Ceará;
 Considerando que tais irregularidades consistiram na falsificação de “licenças de importação” por meio das quais altos comerciantes de Fortaleza desonestamente conseguiram trazer do estrangeiro vultosas quantidades de mercadorias diversas;
 Considerando que foi possível comprovar insofismável delito por via de inquéritos sob a chefia dos srs. Francisco P. Alencar Jaguaribe, inspetor do Banco do Brasil S/A, e Luiz Sucupira, inspetor da Alfândega de Fortaleza;
 Considerando que, até agora, só se conhece parte dos resultados dos inquéritos, estando a opinião pública cearense vivamente interessada em inteirar-se, na plenitude de sua extensão, de toda a verdade dos fatos;
 Considerando que é dever do mandatário da Nação ir ao encontro das legítimas pretensões do povo;
 Considerando o disposto na Constituição da República, na Lei de Responsabilidade e no Regimento Interno da Câmara dos Deputados,
 REQUEIRO officie a Mesa da Câmara ao Ministro do Estado da Fazenda solicitando nos informes Sua Excelência dentro dos prazos legais:

1 -) Quais os nomes e domicílios de todas as pessoas e firmas comerciais cuja responsabilidade direta ou indireta se tenha apurado no caso da falsificação de “licenças de importação” ocorrida na CARTEIRA DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO do Banco do Brasil S/A, Agência em Fortaleza – Ceará, que motivou os inquéritos realizados sob chefia dos srs. Francisco P. Alencar Jaguaribe, inspetor do banco citado, e Luiz Sucupira, inspetor da Alfândega de Fortaleza;

2 -) Qual a específica participação que cada uma dessas pessoas e firmas comerciais teve no caso em apreço;

3 -) Quais providências adotadas pelas autoridades competentes em relação aos culpados face ao preceituado na legislação civil e criminal que rege a espécie.

O Ministro da Fazenda nos deverá enviar outrossim cópias completas de todas as peças dos inquéritos acima mencionados.

Câmara dos Deputados,

em 23 de novembro de 1953

Armando Falcão¹⁵

O pedido de informações apresentado por Armando Falcão não cita os nomes dos responsáveis pelo fraudulento processo de licenças de importação. Entretanto, segundo as denúncias que fazia o Deputado, duas empresas do ramo de tecidos, a Bonaparte Maia¹⁶ e a Jereissati, do Sr. Carlos Jereissati, é que seriam as responsáveis por haver fraudado tais licenças, utilizadas para a importação de tecidos para roupas masculinas. Deste modo, afirmava o Deputado Falcão que cerca de 90% destes produtos haviam entrado no país à custa de licenças falsificadas. Com isso, estes empresários teriam ganhado bastante dinheiro.

Como salientado acima, no ano de 1954, este embate vai tomar corpo. Logo em fevereiro, Armando Falcão faz áspera denúncia sobre Carlos Jereissati na Câmara Federal:

Carlos Jereissati, indivíduo que no Ceará se dizia influente e ?cometeu crimes de estelionato, falsidade e suborno expressamente ?no Código Penal. Que lhe vai acontecer? Eis a pergunta que o povo do Ceará neste momento formula. Muitos respondem com o ceticismo e a descrença. Outros ainda esperam que de repente haja uma reviravolta na consciência nacional adormecida, capaz de obrigar os poderes públicos a cumprirem o seu dever. Carlos Jereissati é Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, seção do Ceará. Não menciono o PTB cearense com o intuito de envolvê-lo no escândalo que veio macular as tradições de honra do comércio da minha terra. O PTB cearense, se tem na presidência um ladrão, possui por outro lado, homens dignos em suas fileiras, dentre os quais posso citar os senhores Parsifal Barroso, Francisco Monte e Othon Sobral. Ligo o PTB a Jereissati para esclarecer que o falsário ingressou na atividade política e alçou-se à direção de uma agremiação partidária com o exclusivo propósito de acobertar-se para o crime. É fenômeno corriqueiro nestes tempos corrompidos: os aventureiros, os negociastas, os estelionatários e os ladrões públicos pretendem assaltar a política, enquanto os cidadãos limpos dela querem fugir, a fim de evitarem o contágio.¹⁷

Neste pronunciamento na Câmara Federal, Armando Falcão dá nome àqueles que pretende atingir com seu discurso. Em tom dramático, o Deputado afirma que Carlos Jereissati é ladrão, estelionatário, falsário, dentre outros adjetivos pejorativos. Indignado, tenta não atingir o partido opositor ao PSD cearense, afirmando que há nos quadros daquela instituição homens de caráter confiável. Porém, salienta que Carlos Jereissati havia entrado na

política apenas com o intuito de ter “imunidade parlamentar” e, desta forma, não pagar pelos crimes, os quais Armando Falcão gritava que ele tinha cometido.

Segundo Altamar Muniz, o crime, para Armando Falcão era que

Carlos Jereissati, através do funcionário-chefe da CEXIM – Fortaleza, José Maria Vasconcelos, havia falsificado, entre os anos de 1950 e 1953, 86 licenças de importação de tecidos de linho e lã, no valor de Cr\$ 46.178.613,70. O funcionário duplicava as licenças legítimas, utilizando o número delas, mas adulterando o nome do beneficiário, a mercadoria e o valor respectivo. (MUNIZ, 2007, p. 50)

O historiador explica, ainda, que naquele período, grandes empresas, “como Lundgren, Lhotar, Levy, BaymaCotran, M. Cunha e Casa Barki viraram fregueses compulsórios de Jereissati”. Entretanto, afirmava Armando Falcão que nestas operações Carlos Jereissati aferia um lucro médio de 200%, sem faturar e sem dar recibo para eximir-se dos tributos.

As acusações que partiam de Armando Falcão contra Carlos Jereissati eram tantas que, ainda em fevereiro de 1954, o primeiro chega a enviar carta ao Presidente Getúlio Vargas para cobrar atitudes mais severas do Presidente da República quanto aos crimes que teria cometido Jereissati. Na carta, lida em sessão da Câmara Federal, Falcão salienta que Carlos Jereissati havia se aproximado de Getúlio Vargas apenas com o intuito de beneficiar seus negócios e explica as contravenções do petebista:

Saiba V. Ex^a que Jereissati corrompeu o funcionário chefe da CEXIM em Fortaleza, que tinha 28 anos de Banco do Brasil, e conseguiu falsificar 86 licenças de importação, mediante as quais logrou trazer do estrangeiro tecidos de linho e lã no valor de Cr\$ 46.000.000,00. (...) Os dados integram um documento oficial, ou seja, o ofício nº 202, de 19 de outubro de 1953, do Inspetor da Alfândega de Fortaleza, Dr. Luiz Sucupira, dirigido ao Diretor Geral da Fazenda Nacional e protocolado no serviço de comunicações do Ministério da Fazenda sob o nº 275.171 nov. 21-53.¹⁸

A carta concluiu-se com um apelo para que o Presidente se utilizasse daquele episódio para dar exemplo público de “repúdio aos desonestos”. Após o envio desta carta, Armando Falcão salienta, ainda, em março de 1954, que Carlos Jereissati, além de todos os crimes que ele já havia citado, também estava envolvido em um processo de investigação sobre contrabandos que iam do Brasil para a Bolívia.¹⁹

Mesmo sendo acusado de todos estes crimes pelo colega Deputado, Jereissati não se apresenta nenhuma vez na Câmara Federal para defender-se. É apenas em março de 1954, poucos dias após estas novas acusações feitas por Armando Falcão, que outro Deputado Federal do PTB cearense, Parsifal Barroso, vai à tribuna da Casa defender o presidente de sua agremiação.

Em discurso, proferido em 22 de março de 1954, Parsifal Barroso se posiciona institucionalmente quanto ao caso de Jereissati:

Sr. Presidente, aqui me encontro, numa breve interrupção da licença que obtive para tratamento de minha saúde, por haver sentido a necessidade de prestar esclarecimentos a esta Câmara, sobre as acusações sucessivamente levantadas pelo nobre Deputado Armando Falcão ao Sr. Carlos Jereissati, atual presidente da Executiva do Partido Trabalhista Brasileiro do Ceará. Certo de que tais acusações foram dirigidas com o intuito de atingir o setor partidário a que pertencço e é presidido pelo acusado, devo o quanto antes estabelecer uma retificação de conceitos para evitar que a fermentação dos comentários desfigure ainda mais os fatos. Sou o primeiro a lamentar que, de repente, se quebre aquela superior e fraternal harmonia tão característica da bancada cearense.²⁰

Neste momento, Armando Falcão solicita um aparte, o qual o é concedido pelo deputado que está na tribuna. Armando Falcão tenta, então, se explicar, dizendo que desde o começo de suas acusações nunca foi seu intento atingir o partido dos colegas. Entretanto, Parsifal continua com seu pronunciamento afirmando que Armando Falcão teria com estas acusações a intenção de atingir o PTB e que isto só estava acontecendo por conta de um desentendimento pessoal dele com Carlos Jereissati.

Novamente, Armando Falcão vai tentar se livrar de tal acusação, afirmando que até bem pouco tempo mantinha uma boa relação com o Deputado Carlos Jereissati, com quem até mesmo conversava nos corredores da Câmara. Complementa salientando que só começou a fazer as acusações depois de ter recebido documentos oficiais que comprovavam os crimes de Jereissati.

Os dois deputados vão protagonizar, neste dia, uma grande discussão na Câmara Federal, onde cada um vai defender os seus interesses e, respectivamente, de seus partidos políticos. Parsifal Barroso vai defender ainda a tese de que um correligionário (Antônio de Castro) de Armando Falcão teria saído do PSD para o PTB causando desgosto ao Deputado e o levando a criar uma inimizade com Carlos Jereissati, ao que retruca Armando Falcão dizendo que, até aquele momento, não sabia nem que o correligionário havia mudado de partido.

Defendendo o presidente de seu partido, Parsifal Barroso também afirma que aquela celeuma teria sido intenção do PSD em retaliação ao PTB no Ceará, sendo Armando Falcão apenas um porta-voz do partido, ao que Armando Falcão responde que o problema com Carlos Jereissati e a campanha que estava empreendendo contra seus crimes era apenas pessoal, sem maiores interesses do partido ao qual pertencia, o PSD.

Da mesma maneira, outro embate se dará entre Armando Falcão e Parsifal Barroso. Em 6 de abril de 1954²¹, eles voltam a expor seus pontos de vistas, e, mais uma vez,

Parsifal Barroso toma partido de Carlos Jereissati, afirmando que as investigações que estão sendo feitas sobre o presidente do PTB cearense estariam correndo normalmente em Fortaleza e que Armando Falcão estava sendo precipitado em acusar o Deputado Carlos Jereissati sem determinações judiciais definitivas.

Alguns dias depois, é a vez de Armando Falcão apresentar à Câmara Federal um parecer do Procurador da Fazenda Pública, Dr. Haroldo Acioli, sobre os crimes de falsificação e suborno praticados por Carlos Jereissati²². Neste parecer, o Procurador da Fazenda afirma que há um envolvimento de Carlos Jereissati com os problemas das falsificações da CEXIM e que a firma do Deputado Federal devia ser investigada, bem como outras firmas, a fim de se esclarecerem os fatos, já que o Procurador não acreditava que o funcionário do Banco, que era réu confesso, não teria agido sozinho, tendo contado, assim, com o auxílio de pessoas influentes.

Depois deste episódio, o historiador Altemar Muniz salienta que Armando Falcão havia conseguido a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), em 24 de maio de 1954, com o intuito de investigar os tais crimes que ele afirmava que Carlos Jereissati teria cometido. Composta por cinco membros, a CPI, segundo o Diário da União, teria 45 dias para apurar os fatos.

Após os episódios do começo do ano de 1954, entretanto, o assunto do escândalo na CEXIM parece ter “esfriado” no cenário político, tanto nacional quanto local. Depois da leitura deste parecer do Procurador da Fazenda, não teremos mais nenhum pronunciamento de Armando Falcão ou Parsifal Barroso sobre o caso na Câmara dos Deputados.

Salientamos, porém, que no segundo semestre desse ano estava na ordem do dia para os partidos políticos a montagem das alianças para a campanha eleitoral que se aproximava. Sendo assim, como já expusemos antes, as acusações podem ter sumido da pauta de Armando Falcão enquanto o seu partido tentava angariar apoio para as eleições de 3 de outubro, talvez com o próprio PTB de Jereissati. Esforço feito em vão, já que as “Oposições Coligadas”, aliança formada por UDN-PTB e PR havia se consolidado e, conseqüentemente, acabaram por vencer o pleito.

Todavia, poucos dias após ter ingressado na *Gazeta de Notícias*, no final de 1954, o jornalista Luiz Campos traz à tona o assunto que parecia esquecido. Em seu artigo de 28 de dezembro de 1954, ele pergunta como andariam as investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito responsável pelo caso:

Notícias que nos tem chegado do Sul através dos despachos das agências noticiosas, dizem que a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil está ultimando providências a fim de apresentar queixa-crime contra responsáveis pela falsificação de licenças de importação. Tais divulgações fazem com que nos coloquemos na

posição de perguntar: em que pé se encontra o inquérito parlamentar instaurado para apurar a responsabilidade pelos crimes de falsificação de licenças de importação, verificados na CEXIM do Ceará?²³

O jornalista, que pertencia aos quadros do PSD, ao cobrar as informações a respeito dos problemas da CEXIM, não fazia acusações, como seu correligionário Armando Falcão. No entanto, possuía um papel de não deixar que a população esquecesse tais fatos. Seus artigos sempre reiteravam a necessidade de investigação deste suposto esquema de falsificação de licenças:

As autoridades competentes devem alertar para esse estado de cousas desmoralizantes. É preciso que o dinheiro sugado da Nação e do povo através das infernais e cínicas maquinações temperadas na panela da escabrosa CEXIM, não tenha a força necessária, como soe acontecer para evitar a ação dos que tem o encargo de punir os defraudadores da lei.²⁴

Irritado, Luiz Campos publica dentro da sua coluna a íntegra de uma entrevista, veiculada no jornal “Última Hora”, de São Paulo, com o líder petebista do Ceará, Carlos Jereissati²⁵.

Indignado com os elogios feitos pelo jornal ao político cearense que alcançava renome nacional, o jornalista volta a chamar a atenção de seus leitores para o caso da CEXIM. Até então, Luiz Campos não havia citado nomes, nos seus artigos, dos responsáveis pelo escândalo. Desta vez, não procede da mesma forma:

Fiquem sabendo os nossos amigos do Sul, os que leram aquela reportagem, a qual não representa a verdade, nem mais do que o acanhalamento do respeito que sempre foi votado ao nosso povo, que Jereissati foi eleito a custa da dinheirama desenfreada que se derramou por todos os recantos, dinheiro cuja procedência é do conhecimento geral, não se trata de um político nem de homem público, e, sim, de um nababo que tudo procura realizar, através do suborno, da corrupção e do capricho que lhes são facultados pelos milhões de suas arcas milionárias. De política nada entende. De público só tem a fama do nome envolvido naquela tranqüibérnia repudiada por todo o País²⁶.

Neste trecho do artigo, podemos perceber que Luiz Campos também estava na campanha promovida por Armando Falcão para que se investigassem e punissem os crimes dos quais era acusado Carlos Jereissati. Assim como o correligionário que ocupava o cargo de Deputado Federal, Luiz Campos também acusava Jereissati de enriquecimento ilícito e, mais, afirmava que ele nada sabia sobre política, resolvendo tudo na base da corrupção e do “capricho”.

Desta forma, depreendemos que, apesar de Armando Falcão salientar que a campanha contra Jereissati não era coisa pensada pelo PSD, mas sim por ele próprio, o partido também deveria estar envolvido nesta discussão e possuir interesses envoltos no processo de

macular o nome de Jereissati. Talvez, o jornalista por possuir espaço disponível em sua coluna, tivesse assumido um papel, diante do partido, de não deixar este assunto morrer e continuar cobrando atitudes, tanto do poder público, para que se investigassem os fatos, como da população, que também deveria cobrar a atuação das autoridades no combate à corrupção.

Alguns meses se passam e o mesmo tema volta a aparecer nas colunas de Luiz Campos, desta vez com toda a força. A celeuma parece ter sido iniciada com um novo artigo do jornalista sobre outra fraude de Jereissati, agora relacionada ao imposto de renda. Acreditamos que o referido artigo seja o da data de 02 de outubro, um domingo, em que Luiz Campos colocou no final de sua coluna uma pequena nota, onde dizia:

Têm chegado ao nosso conhecimento certas informações oriundas de fontes merecedoras de absoluto crédito, as quais dizem respeito a um caso rumoroso que envolvem uma rica firma local e fiscais de uma repartição arrecadadora de imposto federal, assunto, aliás, que poderia ser um autêntico sucesso, ou talvez, o melhor prato para o dia. Porém, como faltam alguns pequenos detalhes para completar o tempero, certamente, não seria demais aguardar um pouco.²⁷

Entretanto, o prenúncio do que viria pela frente foi tanto que amigos em comum dos dois personagens foram até o jornalista pedir que esquecesse esses fatos e parasse com as críticas ao líder do PTB no Ceará. A “confusão” estava só começando.

¹ Os antigos partidos haviam sido dissolvidos em 1937, após o Decreto-Lei nº 37, de 02 de dezembro de 1937, ficando proibida, até a promulgação de uma lei eleitoral, a organização de instituições partidárias.

² Sobre a formação dos partidos após a Era Vargas, ver “Diretrizes do Estado Novo (1937-1945) – Partidos Políticos Nacionais”. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/PartidosPoliticoss>>. Acesso em 18 de abril de 2012, 9h.

³ A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) surgiu através do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e foi sancionada por Getúlio Vargas. A CLT foi importante por estabelecer novos direitos dos trabalhadores e também por regulamentar as relações trabalhistas, o que era inexistente até então. Esta Lei constituiu-se a proteção ao trabalhador, tanto o urbano quanto o rural. Hoje, com algumas mudanças, continua sendo o principal instrumento para regulamentar as relações de trabalho no Brasil. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/DireitosSociaisTrabalhistas/CLT>>. Acesso em 18 de abril de 2012, 10h.

⁴ Médico, natural de Jaguaribe-CE. Foi um político extremamente atuante, tendo passado pelos cargos de Deputado Estadual, Deputado Federal, Interventor Estadual e Senador, de 1913 a 1963.

⁵ Foi representante da Federação dos Círculos Operários. Nas eleições de 1947 foi candidato a Deputado Estadual, porém o partido não atingiu o coeficiente eleitoral.

⁶ Advogado, assumiu a presidência da Caixa de Assistência dos Advogados do Ceará, em 1948.

⁷ Médico, foi fundador do Sanatório de Messejana. Também foi fundador do Ideal Clube.

⁸ BERSTEIN, Serge. Culturas Políticas e historiografia. In.: AZEVEDO, Cecília (et al.). **Cultura Política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 31.

⁹ Aqui é interessante salientar que Menezes Pimentel foi eleito pela Liga Eleitoral Católica – LEC, antes do Estado Novo, em oposição aos getulistas. Entretanto, quando da instalação do Estado Novo, Menezes Pimentel comprometeu-se a apoiar as atitudes do Presidente Getúlio Vargas, tendo sido, por isso, mantido como Interventor Estadual e, conseqüentemente, fundador do PSD após a lei eleitoral de 1945. MOTA, Aroldo. **História Política do Ceará (1930-1945)**. Fortaleza: ABC Fortaleza, 2000.

¹⁰ Militar, foi eleito Deputado Federal em 1950. Tornou-se um dos grandes líderes da UDN no cenário nacional. Foi, por duas vezes, Governador do Estado do Ceará. Durante a ditadura militar, pertenceu aos quadros da Arena.

¹¹ As informações aqui citadas a respeito de Armando Falcão constam nos livros: ALBUQUERQUE, João Alves de. **Cearenses no Rio**. Fortaleza, Gráfica Urânia, 1938. NOBRE, F. Silva. **1001 Cearenses Notáveis**. Rio de Janeiro: Casa do Ceará Editora, 1996.

¹² Sobre Carlos Jereissati, ver: NOBRE, F. Silva. Op. Cit., p. 192.

¹³ Este modelo foi posto em prática a partir do Governo Vargas, quando “teve início um processo de substituição dos bens manufaturados que antes eram importados pela produção nacional. Isto ocorreu a partir do momento em que o setor industrial brasileiro passou a se aproveitar da capacidade industrial instalada já existente no país, em função das primeiras políticas governamentais de incentivo à produção interna, principalmente, das políticas cambiais e tarifárias”. Ver: SANTOS JUNIOR, José Aldoril. **Industrialização e Modelos de Substituição de Importações no Brasil e na Argentina: Uma Análise Comparada**. Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. Disponível em <http://www.cse.ufsc.br/gecon/coord_mono/2004.2/Jos%E9%20Aldoril%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em 18 de abril de 2012, 17h.

¹⁴ A CEXIM era a Carteira de Exportação do Banco do Brasil. Foi criada em maio de 1941, pelo presidente Getúlio Vargas, a fim de beneficiar os produtos manufaturados nacionais, introduzindo o regime de licença prévia para as exportações. A CEXIM destinava-se a estimular e amparar a exportação de produtos nacionais e assegurar condições favoráveis à importação de produtos estrangeiros. Disponível em <<http://www.bb.com.br/portalbb>>. Acesso em 17 de setembro de 2010, 14h.

¹⁵ FALCÃO, Armando. **História do Chefe do P.T.B. no Ceará**, Carlos Jereissati, “O Imperador do Linho Roubado”. Rio de Janeiro, 1954.

¹⁶ Pertencia a Bonaparte Pinheiro Maia que foi, junto com seu irmão Salomão, fundador de “O Jornal”, órgão que circulou por algum tempo em Fortaleza. Também foi Deputado Federal pelo PTB cearense.

¹⁷ Diário do Congresso Nacional, 18 de fevereiro de 1954, seção 1, p. 741.

¹⁸ Diário do Congresso Nacional, 25 de fevereiro de 1954, seção 1, pp. 915-916.

¹⁹ Diário do Congresso Nacional, 18 de março de 1954, seção 1, p. 1.165.

²⁰ Diário do Congresso Nacional, 23 de março de 1954, seção 1, pp. 1.240-1.241-1.242.

²¹ Diário do Congresso Nacional, 07 de abril de 1954, seção 1, pp. 1.524-1.525.

²² Diário do Congresso Nacional, 18 de maio de 1954, seção 1, p. 2.869.

²³ CAMPOS, Luiz. “Considerações”: E as Comissões Parlamentares de Inquérito? In.: *Gazeta de Notícias*, 28 dez. 1954, p.3.

²⁴ CAMPOS, Luiz. “Considerações”: A rapinagem faz ninho no Ceará. In.: *Gazeta de Notícias*, 30 jan. 1955, p.3.

²⁵ CAMPOS, Luiz. “Considerações”: Desconsiderações. In.: *Gazeta de Notícias*, 12 mar. 1955, p.3.

²⁶ CAMPOS, Luiz. “Considerações”: A Entrevista. In.: *Gazeta de Notícias*, 13 mar. 1955, p.3.

²⁷ CAMPOS, Luiz. “Considerações”: O dever cívico do voto. In.: *Gazeta de Notícias*, 02 out. 1955, p. 3.